

## "Vamos continuar avançando nas conquistas populares"



Assessoria de imprensa

Em seu segundo mandato como prefeito, Emanuel Pinheiro (MDB) vai priorizar a conclusão das obras iniciadas em sua gestão, dando continuidade ao trabalho que já vem sendo aprovado pela maioria da população cuiabana. O projeto mais ambicioso para os próximos anos é a conclusão do Contorno Leste, considerado uma das maiores obras de mobilidade urbana da capital nos últimos 50 anos.

PÁG. 3

## Mãe espera por justiça no dia 27

Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, Jane Claro, mãe de Rodrigo Claro, que morreu durante treinamento de formação de soldados do Corpo de Bombeiros em 2016, disse que espera que a Justiça seja imparcial durante o julgamento da tenente Izadora Ledur

PÁG. 6

## As empresas nascidas na pandemia



Patrícia Cruz/Sebrae-SP

O perfil empreendedor cresceu no Brasil durante a pandemia. Em Mato Grosso, de março a dezembro de 2020, mais de 18,1 mil novas empresas foram registradas. O ano encerrou com 194,9 mil empreendedores, que se arriscaram no mundo dos negócios em plena pandemia. Apesar das dificuldades, muitos decidiram que era a hora certa de se tornar o próprio chefe

PÁG. 7

## Cinco deputados de olho em vaga do TCE

O cargo de conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso está sendo cobiçado por cinco deputados estaduais. A possibilidade de ocupar o cargo surgiu após o pedido de aposentadoria do conselheiro Waldir Teis, que está afastado desde 2017, após a operação Malebolge. Eduardo Botelho, presidente da AL, disse que não tem interesse em assumir a cadeira

PÁG. 4



Pedro Ventura/Agência Brasília

## Gás sobe outra vez e pode chegar a R\$ 200 este ano

A Petrobrás, que já havia feito um reajuste de 5% no valor do gás GLP em dezembro do ano passado, anunciou um novo aumento de 6% no gás. Com isso, a alta já chega a 11% em apenas um mês. Em Cuiabá, onde o gás já é vendido a R\$ 105, o preço deve subir R\$ 6. A Associação Brasileira dos Revendedores avalia que a tendência é que o preço continue subindo, podendo passar dos R\$ 150 ainda em 2021, comprometendo mais de 10% do salário mínimo

PÁG. 8

## Mauro pede autorização da AL para 'enterrar' o VLT e construir BRT

O governador Mauro Mendes (DEM) enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa pedindo autorização para um dos procedimentos necessários à viabilização da troca do VLT pelo BRT entre Cuiabá e Várzea Grande. Na mensagem, Mauro pede que os deputados autorizem a alteração nos contratos de financiamento firmados com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 740 milhões, "para prever o BRT movido a eletricidade como alternativa ao VLT". O pedido entrou na pauta da Casa em regime de urgência, mas recebeu dois pedidos de vistas, dos deputados Lúdio Cabral e Valdir Barranco, ambos do PT, que forçaram o adiamento da votação

PÁG. 5

## Lira busca votos em Mato Grosso

Candidato a presidência da Câmara Federal, Arthur Lira esteve em Cuiabá na última sexta-feira (8) reunido com parte da bancada do estado no Congresso Nacional em busca de apoio à sua candidatura a Mesa Diretora da Casa. Dos oito deputados federais que compõem o bloco, quatro manifestaram apoio ao líder progressista. A eleição acontece no dia 2 de fevereiro

PÁG. 4



Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados

## EDITORIAL

## O dilema da educação

Por uma razão ainda pouco conhecida pela ciência, as crianças são o grupo demográfico menos afetado pela covid-19. Mas não pela pandemia. A possibilidade de contágio levou ao fechamento geral do sistema de ensino, pois este é considerado um dos locais mais propícios para a dispersão do novo coronavírus. O consenso entre os especialistas é que as crianças podem até não pegar a doença, mas elas transmitem o vírus a seus entes mais próximos. Por isso, o fechamento.

Só que essa medida preventiva cobra um preço muito alto de nossas crianças, retardando seu desenvolvimento emocional e o aprendizado. E por mais que se tente, não dá para suprir essa carência com

as aulas remotas, seja pelas deficiências estruturais ou pedagógicas que a adoção de um novo modelo às pressas nos impõe.

Por esses, e outros motivos, a decisão sobre retomada das aulas presenciais é uma das mais difíceis de se fazer na pandemia. Não basta planejar, e cumprir, um rígido protocolo preventivo no ambiente escolar. Está aí o exemplo da Inglaterra, que apesar de todo o seu rigor, registrou três vezes mais surtos de covid-19 no ambiente escolar do que dentro dos hospitais durante os últimos três meses de 2020, conforme dados do Sistema de Saúde Pública do Reino Unido.

Ainda assim, é necessário pensar no desenvolvimen-

to das crianças e no impacto que esse fechamento abrupto irá trazer sobre seu futuro. Associações de Pediatras de vários países manifestaram preocupação com a ausência dos estudantes nas escolas e o impacto disso na saúde emocional e no desenvolvimento delas. Não é bom, nem para as crianças e nem para os pais, que elas fiquem tanto tempo longe das escolas.

Que dilema! Temos de um lado o risco de desencadear surtos de covid-19 e, do outro, a possibilidade real de causar traumas severos nas novas gerações. Existe a necessidade de prover um espaço seguro para que os pais deixem seus filhos enquanto vão trabalhar e conquistar o pão de cada dia, conflitando com a difícil tarefa de fazer com que as crianças - especialmente as pequenas - respeitem as medidas de biossegurança.

Diante desta encruzilhada, os gestores públicos das três esferas tomam diferentes decisões, cada qual a seu passo e em sua própria realidade. Para o governo federal fica a missão mais fácil, de retomar as aulas no ambiente universitário, onde estão pessoas com maior nível de educação e compreensão do mundo, plenamente capazes de seguir as medidas de segurança. Para o governo estadual, a missão é um pouco mais difícil, mas nem tanto, já que os estudantes do ensino médio também têm maior maturidade. A parte mais difícil ficou a cargo dos municípios, que precisam lidar com as crianças pequenas, o público mais difícil de organizar. Vá explicar para uma criança de quatro a seis anos que não pode ter contato com o amiguinho de brincadeira...

A urgência maior é garantir a saúde de nossas



crianças sem deixar de lado seu desenvolvimento humano, tema que ganha importância maior ainda quando lembramos que a Educação é um pilar fundamental para a reconstrução do país após tão grave crise.

Qualquer que seja a decisão a ser tomada, ela precisa ser feita com base na ciência. Só que a própria ciência não consegue nos dar as respostas definitivas que tanto precisamos neste momento. Permanece então a dúvida e o desejo de que nossos gestores tomem escolhas sábias frente a este duro dilema.

## O homem-massa

Sérgio Cintra (\*)

Posso ser jurássico, mas se tivesse que escolher qual país não desejaria conhecer de modo algum, seria os Estados Unidos da América. Posto isso, também reconheço que os EUA são a maior e a segunda mais longeva democracia burguesa do planeta. Há um equilíbrio incontestável entre os poderes. A derrota de Trump - por mais absurdo que possa parecer - põe em cheque um regime político conseguido às duras penas, inclusive com uma guerra civil (1861 - 1865).

Assim como o topetudo estadunidense e seus títeres, o "capetão" prepara o terreno para tentar um golpe; ao afirmar "se tivermos voto eletrônico (em 2022) vai ser a mesma coisa". Como explicar tais atentados

contra a Democracia? Para explicarmos tanto a invasão do Capitólio quanto as diversas declarações antidemocráticas de Bolsonaro, precisamos revisitar o polêmico madrileno José Ortega y Gasset (1883 - 1955), cujas ideias criaram o conceito de "homem-massa", que tanto pode pertencer ao topo como à base da pirâmide socioeconômica de qualquer sociedade. Resumidamente, homem-massa caracteriza-se por instigar a ignorância (dilapidar o sistema educacional); pregar a violência (praticar o racismo, a homofobia, a misoginia etc.); por relativizar a história e a ciência (não houve o Holocausto e a terra é plana) e por negar os princípios da civilidade (afrontar os Direitos Humanos).

De acordo com Ortega y Gasset, o homem-massa opõe-se ao "homem-inseguro", aquele que está sempre relativizando

dialeticamente o seu tempo e buscando respostas, mesmo que essas o levem a novos questionamentos. Sinteticamente; o não pensar versus o pensar. A imbecilidade versus o conhecimento.

Em boa parte do mundo e no Brasil contemporâneo, tem-se, ainda que momentaneamente, a superlativização dessa horda de imbecis - isso potencializado pela internet. Se antes, os homens-massa, assim como os homens-inseguro, estavam restritos a determinados espaços; hoje, por conta das redes sociais, os massa têm as mesmas possibilidades de difundirem "suas" ideias quanto os intelectuais mais respeitados do mundo.

Não carecemos de mais exemplos, o triste cotidiano do país é marcado, in-

felizmente, por toda sorte de estupidez e de imbecilidade, sempre capitaneada pelo "capetão". Cabe ao homem-inseguro tentar "ler" esse momento, para tanto recorro a Drummond, em um trecho de "Um boi vê os homens": "vazio interior que os torna tão pobres e carecidos/ de emitir sons absurdos e agônicos: desejo, amor, ciúme/ (que sabemos nós?), sons que se despedaçam e tombam no campo/ como pedras afiladas e queimam a erva e a água,/ e difícil, depois disto, é ruminarmos nossa verdade".

SÉRGIO CINTRA é professor de Línguas e de Redação. [sergiocintraprof@gmail.com](mailto:sergiocintraprof@gmail.com)



## VLT e a vontade popular

Victor Maizman (\*)

Mais uma vez veio à tona o capítulo da série "VLT ou BRT" envolvendo a região metropolitana de Cuiabá, a partir do momento em que o atual Governo do Estado de Mato Grosso bateu o martelo ao mudar a sólida convicção da gestão da época.

De salientar que a discussão sobre qual o modal a ser implementado já teve início no primeiro dia após o anúncio de que Cuiabá seria uma das sub-sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014.

Pois bem, sem adentrar no mérito de qual modalidade será a melhor opção, é certo que além das questões de logística e demais características de mobilidade urbana, imprescindível se faz analisar o aspecto financeiro, ou melhor, o custo já desembolsado pelos cofres públicos, assim aquele já suportado pelos contribuintes e, principalmente, que ainda irão comprometer os seus bolsos.

Não por isso, desde a divisão do Estado de Mato Grosso, jamais houve tamanha ne-

cessidade da participação da sociedade no tocante o caráter de decisão quanto a um determinado assunto.

Aliás, confirmando a relevância da questão, foi publicada uma Lei Complementar Estadual instituindo a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, compreendendo os Municípios de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

Tal legislação determinou expressamente que é considerado como interesse comum da aludida região, à mobilidade urbana, inclusive ao dispor que o Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT compõe um dos "eixos estruturais" da referida região metropolitana.

Portanto, de início depreende-se da referida lei que qualquer decisão sobre a mobilidade urbana deverá ter a participação de todos os Municípios integrantes.

E, sem prejuízo da aplicabilidade da aludida lei no caso concreto, torna-se importante salientar que conforme alhures mencionado, o interesse é também de toda a sociedade

mato-grossense, uma vez que além de tratar da maior região metropolitana do Estado, a decisão poderá resultar no aumento de despesas e no consequente reflexo tributário a ser suportado por todos os contribuintes.

Nesse sentido, a própria Constituição do Estado de Mato Grosso prevê a hipótese do plebiscito, quer dizer, a consulta à população estadual acerca de questão relevante para os destinos do Estado, podendo ser proposto à Assembleia Legislativa por cinco por cento dos eleitores inscritos no Estado, distribuídos, no mínimo, por um quinto dos Municípios, com, no mínimo, a subscrição de um por cento dos eleitores em cada um, além de poder ser implementado também por apenas um terço dos deputados.

Importante destacar que a votação será organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral, no prazo máximo de três meses após a aprovação da proposta, assegurada a publicidade gratuita para os defensores e os opositores da questão submetida a plebiscito, ou seja, nesse prazo conforme asseguram os de-

fensores de tal pleito, haverá a possibilidade de ser apresentada a toda sociedade os pontos positivos e negativos de cada um dos modais, cabendo então ao eleitor participar diretamente em tal importante decisão.

Então, não é demais lembrar que os defensores do plebiscito sustentam que tal consulta é simplesmente a essência fundamental de toda vida democrática, devendo ressaltar que a noção de soberania popular implica transferência de poderes em direção à mais pura das democracias, quer dizer, a direta.

E aí? Você é a favor do VLT ou BRT?

VICTOR HUMBERTO MAIZMAN - Advogado e Consultor Jurídico Tributário, Professor em Direito Tributário, ex-Membro do Conselho de Contribuintes do Estado de Mato Grosso e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da Receita Federal/CARF.



## Dá tempo, sim!

Francisney Liberato (\*)

Quanto mais gerenciarmos o tempo, mais eficientes seremos nas atividades diárias.

Constantemente eu encontro muitas pessoas. Algumas entram em contato comigo para questionar sobre a gestão do tempo. O que todas essas pessoas têm em comum é a grande dificuldade de organizar o seu tempo em função das demandas que devem fazer.

A primeira tarefa que apresento para aqueles que desejam revolucionar o seu tempo é com a utilização de uma agenda, não importando se é física ou eletrônica. Indico que a

pessoa a alimente com todos os seus compromissos, tarefas, atividades sobre qualquer área da sua vida. Vale ressaltar que a agenda deve estar sempre atualizada.

Quando afirmamos que tudo deve estar na agenda, é no intuito de dizer que as nossas tarefas e compromissos têm prazos determinados e, em alguns casos, até hora marcada.

Depois de ter a agenda atualizada em mãos, é importante criar uma rotina para fazer a verificação dela todos os dias, em outras palavras, no domingo você passa os olhos nos compromissos da semana. A cada dia, à noite, você olha o que deve fazer no próximo dia,

além disso, no dia você deve ficar conectado com a agenda.

Um hábito que precisa ser adquirido para ter uma alta performance na gestão do tempo é a ocupação da mente com tarefas e atividades que sejam úteis. Insira na sua agenda todos os compromissos que devem ser cumpridos, pois ela será sua bússola para guiá-lo em meio ao emaranhado de responsabilidades.

Por que é importante ocupar a sua mente com tarefas e atividades? Em meu cotidiano, como um observador da vida, tenho notado que aquele adágio que diz: "Mente vazia, oficina do diabo", é uma grande verdade, uma vez que se tivermos tempo disponível é provável que cumpriremos poucas tarefas e atividades, isto é, desperdiçaremos o nosso precioso tempo com coisas fúteis e inúteis.

Anote na cabeceira de sua cama: Quanto mais tempo você tem disponível, menos faz e não entrega. Quanto menos tempo você tiver disponível, mais tarefas, atividades e compromissos conseguirá realizar.

Há indivíduos que desejam mais tempo disponível para só então começar a agir. Há muitos estudantes que querem se dedicar aos estudos para concurso público, mas dependem de conseguir tempo para isso. Há funcionários que planejam realizar mais atividades para seus empregadores, porém alegam falta de tempo.

É preferível ter menos tempo, mas gerenciável, a buscar mais tempo com baixa organização. Pare de inventar desculpas para não fazer o que precisa ser feito; pense menos e faça mais!

Quanto mais fazemos, mais conseguimos fazer. Quanto menos fazemos, menos conseguimos fazer. Tudo isso é muito lógico

e simples, entretanto, para que dê certo, depende do seu empenho, dedicação, foco e desejo de conquistar os seus sonhos e os seus objetivos.

Com toda a sua organização de tempo bem delineada, é provável que você tenha tempo para fazer tudo o que deseja, inclusive as tarefas de lazer ou tempo para o ócio contemplativo.

Sabe o que diferencia um ser humano executivo de um indivíduo procrastinador? O gerenciamento de tempo e a vontade de agir a todo instante de sua vida. Não deixe a vida levar você ao acaso, determine o que você quer fazer e passe com louvor por ela.

Quer gerenciar o seu tempo? Se sim, tenha uma agenda; sinta prazer em fazer atividades e tarefas; ocupe sua mente com obrigações úteis, esvazie-se de tudo que te atrapalha ou te tira a atenção no cumprimento dos seus objetivos e metas.

Para tudo o que desejamos fazer nesta vida, posso te afirmar: dá tempo, sim!

FRANCISNEY LIBERATO BATISTA SIQUEIRA é auditor público externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso e chefe de gabinete de conselheiro do TCE-MT. Escritor, palestrante, professor, coach e mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, bacharel em Ciências Contábeis e bacharel em Direito. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole" e "Fenomenal".



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

---

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

---

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

---

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

**OLHO NO FUTURO**

Conclusão de obras estruturas e articulação para trazer a ferrovia para Cuiabá serão as prioridades de Emanuel Pinheiro para 2021

**'Já fizemos muito, e faremos mais'**

Assessoria de Imprensa

**Gabriel Soares**

Em seu segundo mandato como prefeito, Emanuel Pinheiro (MDB) vai priorizar a conclusão das obras iniciadas em sua gestão, dando continuidade ao trabalho que já tem mais de 80% de aprovação pela população cuiabana. O projeto mais ambicioso para os próximos anos é a conclusão do Contorno Leste, considerado uma das maiores obras de mobilidade urbana da capital nos últimos 50 anos.

Mais de R\$ 125 milhões estão sendo investidos na via, que terá 17,3 quilômetros de pista dupla e também contará com ciclovia, calçada, canteiro central e iluminação de LED. A avenida passará por mais de 50 bairros, beneficiando diretamente cerca de 400 mil habitantes. A previsão é que a obra seja entregue em 2023.

Emanuel também irá entregar outras obras de mobilidade urbana e infraestrutura turística da capital, como o viaduto Murilo Domingos, na Avenida Beira Rio, a reforma do Mercado do Porto e a Orla do Porto II.

"É uma responsabilidade enorme tornar-se o prefeito com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa. Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no

que está dando certo, para consolidar as conquistas populares, estamos competindo com a gente mesmo", disse Emanuel.

Em conversa com o Estadão Mato Grosso, ele comentou que está prevista a assinatura de um contrato com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para empréstimo de R\$ 100 milhões. Esse dinheiro será utilizado para pavimentar as ruas de 20 bairros.

Para cumprir suas prioridades, o prefeito nomeou para a pasta de Obras Públicas o vice-prefeito José Roberto Stopa (PV), a quem considera seu braço direito. "É uma missão muito grande que devo entregar ao homem de missão e que tem a minha total confiança pra isso", disse Emanuel.

**FERROVIA** - Uma das pautas que ganhará reforço é a expansão dos trilhos da Ferrovia Senador Vicente Vuolo até Cuiabá. Emanuel deu a missão ao novo secretário de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Francisco Vuolo, filho do ex-senador, que terá a missão de articular a aprovação do traçado da ferrovia até a capital. A expectativa é que a chegada dos trilhos em Cuiabá impulse o desenvolvimento econômico, sobretudo no setor industrial.

"Importantíssimo Cuiabá se colocar no centro dessa discussão e começar com uma campanha forte com a bandeira federal e as autoridades envolvidas para que a ferrovia venha a Cuiabá. Não podemos aceitar em hipótese alguma que se desvie o traçado original da ferrovia", disse o prefeito.

**VLT** - Em seu primeiro ato como prefeito

reeleito, Emanuel anunciou que encamparia uma 'grande guerra jurídica' para garantir que Cuiabá participe das discussões e decisão sobre o modal de transporte coletivo. Ele não aprova a forma como foi feita a decisão do governo do Estado, que pretende trocar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Transporte Rápido (BRT).

"Não aceitamos, em hipótese nenhuma, a condução dada pelo governo do Estado em relação ao VLT. Primeiramente, ele não ouviu as duas cidades impactadas pelo modal: Cuiabá e Várzea Grande, foi uma decisão unilateral do governador. Para nós é totalmente fora de propósito. O modal já foi discutido lá atrás, há sete anos", disse, defendendo a conclusão do VLT.

**VACINA** - Enquanto aguarda aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para dar início à campanha de vacinação contra o novo coronavírus, Emanuel tem mantido conversas com o governo federal e já trabalha na aquisição de todo o material necessário para promover a imunização em Cuiabá. O principal desafio é quanto à peculiaridade das vacinas, já que algumas delas requerem câmaras frias específicas, pois precisam ser armazenadas a temperaturas ultrabaixas, inferiores a -60°C.

"Existem vários tipos de vacina. Algumas delas, Cuiabá não tem estrutura para uma campanha de vacinação. Existem várias peculiaridades para a promoção dessa vacinação e a necessidade de se ter o apoio e o respaldo, primeiro da Anvisa e segundo do governo federal", afirmou.

**Emanuel promete guerra jurídica**

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) recorreu da decisão do ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou, no último sábado (2), uma liminar à Prefeitura de Cuiabá para impedir a troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT).

Em nota, a Prefeitura de Cuiabá disse que foi solicitado que o STJ reconsiderasse a decisão em caráter de urgência.

Ao negar o pedido, o ministro destacou que o Executivo municipal apenas "supõe", na ação, que o governo poderá realizar a mudança do modal, "com base tão somente em notícias da imprensa, para demonstrar que o procedimento licitatório para tal fim poderá ser iniciado".

"O mandato de segurança não pode ser concedido com base em meras suposições, isto é, num suposto ato que poderá no futuro ser realizado. Dessa forma, não está comprovado nenhum ato coator concreto corrigível pela via do mandato de segurança", diz trecho da decisão.

No recurso, a Procuradoria Geral do Município

destaca que a documentação inserida na petição anterior demonstra que a decisão do governador Mauro Mendes (DEM) sobre a mudança do modal "é pública e notória", dispensando, assim, conforme a pasta, prova documental. Além disso, os procuradores juntaram aos autos novos documentos, entre eles o projeto de lei enviado pelo governo à Assembleia Legislativa pedindo autorização para alterar, mediante aditivo, os contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal alterando VLT pelo BRT.

Ao anunciar que recorrerá da decisão do governador, o prefeito disse que a intenção não é discutir o modal, mas sim garantir que o Município de Cuiabá também seja ouvido no processo de decisão.

"Nós não vamos discutir o modal, o que nós queremos agora é que Cuiabá seja ouvida, que seja interrompido, que seja suspenso todo e qualquer ato provocado pelo governador do Estado junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional com relação a mudança do modal", disse. "Nenhuma decisão pode

ser tomada com relação ao interesse comum, no caso o modal, sem que os dois Municípios participem e tenham direito a voto e poder de decisão", completou.

**GUERRA JURÍDICA** - Após a decisão do STJ, o prefeito disse que a ação é apenas o início de uma guerra jurídica.

"Isso é apenas o início de uma grande guerra jurídica liderada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá em defesa de Cuiabá e da população cuiabana. Esclareço ainda que essa decisão apenas indeferiu uma liminar pedida pela Prefeitura, não tendo nenhuma relação com o mérito de troca do VLT para o BRT. Não entramos nessa discussão", pontuou.

Além de recursos no Superior Tribunal, o prefeito também ingressou com mandado de segurança no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). A desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos concluiu que não há elementos de urgência que justifiquem a análise do pedido durante o plantão e deixou a análise para depois do recesso do Judiciário.



O prefeito Emanuel Pinheiro ao lado do vice José Roberto Stopa que comandará a pasta de Obras Públicas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA****Comissão apura denúncia de servidores fantasmas****Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), anunciou, na sessão da última quinta-feira (7), a publicação de uma resolução administrativa nº 01/2021 que cria uma comissão para investigar indícios de possíveis irregularidades no controle de frequência de servidores do Legislativo.

De acordo com Botelho, há boatos de que existem servidores fantasmas na Assembleia.

"Há indícios, ou há murmúrios, de funcionários fantasmas nessa Casa. Eu não tenho fantasma. Garanto pra vocês, eu não nomeei nin-

guém para ser fantasma. Nunca falei pra ninguém não vir trabalhar, se não vir trabalhar tem que ser demitido", disse.

De acordo com resolução, a comissão será composta por quatro servidores - Ricardo Riva, Procurador-Geral da Assembleia Legislativa; Bruno Willames Cardoso Leite, Procurador Corregedor-Geral; Domingos Sávio Boabaid Parreira, Secretário de Gestão de

Maythana Gomes Rodrigues, indicada pela Secretaria Geral - que irão analisar o controle de frequência dos funcionários.

Eles terão o prazo de 60 dias para apresentar

o resultado da apuração.

"Eu quero alertar aos senhores que o único fantasma que eu conheço é aquele de gibi, de desenho, outros eu não conheço", comentou Botelho.

O presidente do Legislativo ainda pediu que, caso alguém saiba da existência de servidores fantasmas, faça denúncia para que o caso seja apurado.

"Se tiver [fantasmas], podem denunciar, faça denúncia para ouvidoria da Casa, para Controladoria, para que tomem as providências, não é mais possível nós termos esse tipo de funcionários que só existem no papel", ressaltou.

**R\$ 22,1 BILHÕES****LOA é aprovada em 2ª votação****Da redação**

Os deputados estaduais aprovaram em segunda votação, na tarde desta terça-feira (5), a Lei Orçamentária Anual de 2021. Foram 22 votos favoráveis, um voto contrário do deputado Faissal Kalil (PV) e uma abstenção do deputado Ulysses Moraes (PSL). A LOA de 2021 recebeu 314 emendas, das quais, 67 foram rejeitadas e 247 aprovadas.

O deputado Faissal Kalil (PV) fez questão de argumentar que o seu voto contrário é devido ao que classificou de "deficiências em pastas importantes, como Saúde e Educação". Segundo ele, "essas deficiências vem do governo passado, do Pedro Taques, e não foram sanadas pelo atual governador. Eu não me sinto confortável em votar a favor, então

fui contra a LOA, porque eu não admito aumento de duodécimo", disse, em plenário.

A projeção do governo é um orçamento de R\$ 22,114 bilhões. O orçamento prevê R\$ 2,1 bilhões em investimento para todas as áreas em Mato Grosso.

Durante a votação, o deputado Lúdio Cabral (PT) pediu destaque para a votação das emendas 281, 282, 298, 299, 300, 301, 302, 003, 304 e 306. Dessas, apenas a 281, que trata dos recursos da Secretaria de Meio Ambiente, foi aprovada em plenário. Também foram votadas em destaque as emendas 41 e 42, a pedido do deputado delegado Claudinei (PSL), que foram rejeitadas em plenário.

Lúdio recordou que o Pantanal de Mato Grosso foi severamente atingido por incêndios em 2020

e que o valor destinado seria irrisório, não sendo possível aguardar que recursos de multas e de compensação ambiental entrem durante o ano de 2021 para poder fazer frente aos investimentos necessários.

O deputado Dilmar Dal'Bosco (DEM), líder de governo na Assembleia, pediu aos demais parlamentares para que as emendas fossem rejeitadas. Ele argumentou que não é possível transpor recursos entre as pastas. O deputado citou uma emenda do deputado Lúdio Cabral (PT), que transfere mais de R\$ 5 milhões da Secretaria de Comunicação para o a Secretaria de Meio Ambiente.

Agora o projeto segue para redação final antes de ser encaminhado ao governador Mauro Mendes (DEM) para sanção.

## PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Com promessa de que Mato Grosso será mais ouvido no Parlamento, Neri Geller tenta conquistar mais três votos até a eleição da Mesa

## Metade da bancada fecha com Lira

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



## Da redação

O candidato a presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (Progressista-AL), esteve em Cuiabá na manhã da última sexta-feira (8) reunido com parte da bancada de Mato Grosso no Congresso Nacional apresentando suas proposições, ouvindo demandas e buscando fortalecer o apoio dos parlamentares à sua candidatura.

Dos oito deputados federais que compõem o bloco, quatro manifestaram apoio ao progressista: Neri Geller (Progressistas), Nelson Barbudo (PSL), José Medeiros (Podemos) e Dr. Leonardo (Solidariedade).

Durante coletiva de imprensa, o líder da bancada, Neri Geller, comentou que mais de 110 mil famílias assentadas

não têm seu título porque discussões sobre o tema foram “deixados de lado” nos últimos dois anos. Ele comentou que a Câmara Federal precisa de um representante que tenha coragem de fazer enfrentamento e defender pautas que ajudem no desenvolvimento econômico do país.

Articulador da campanha de Lira, o parlamentar disse que articula, até às vésperas da eleição, apoio de sete deputados federais de Mato Grosso.

O deputado Nelson Barbudo disparou críticas ao atual presidente, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele comentou que nos últimos anos assistiu uma presidência que travou pautas importantes e que não respeitou o Executivo. Barbudo falou que a Câmara Federal precisa de um presidente “desprovido de arrogância”.

“Nós não podemos deixar que homens unidos à esquerda, ao PCdoB, ao PC, ao PT sentem naquela mesa que dá rumo e que nordeia o destino da nossa nação. Eu poderia fazer muitos pedidos, mas peço para que olhe para o agronegócio”, pediu.

Em seu discurso, Arthur Lira disse que uma de suas propostas é dar mais transparência ao Legislativo federal. Um de seus projetos tem como pauta a obediência ao Regimento Interno, respeito às minorias e dar voz para que a maioria dos parlamentares possam se expressar.

“A Câmara não tem dono e a pauta do Brasil não pode ser feita por um homem só. Todos os projetos que tiverem maioria naquela Casa, todos que estiverem amadurecidos, interessantes ao crescimento do país serão pautados”, disse.

**ELEIÇÃO** - A eleição da nova mesa diretora da Câmara Federal acontece no dia 2 de fevereiro, no retorno das atividades parlamentares. Arthur Lira, aliado ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), enfrenta Baleia Rossi (MDB-SP) ao comando da presidência.

Quatro deputados da base de Mato Grosso manifestaram apoio a Lira. A deputada Rosa Neide (PT) disse que ainda não definiu quem apoiará. Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (PTB), comentou ao jornal Estadão Mato Grosso que



Arthur Lira, candidato a presidente da Câmara Federal esteve em Cuiabá para escutar demandas e fortalecer apoio de parlamentares

seu voto particular tem tendência para Baleia Rossi” pelos fins programáticos e institucionais que ele apresenta para a condução da Câ-

mara dos Deputados no próximo biênio”.

“E estamos articulando, ação que está perto de se concretizar, para que o PTB caminhe

com o deputado Baleia”, comentou.

Juarez Costa e Carlos Bezerra devem apoiar Rossi por serem do mesmo partido.

## MARTELO BATIDO

## Deputados autorizam Mauro a implantar BRT em Cuiabá

## Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) comemorou a aprovação do projeto de lei que formaliza a troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT), votado em segunda análise pelos deputados estaduais na manhã da última quinta-feira (5) na Assembleia Legislativa.

A matéria aprovada prevê a alteração nos contratos de financiamento firmados com a Caixa Econômica Federal, de modo a implantar o BRT movido a eletricidade como alternativa ao VLT, uma vez que o contrato original autorizava o financiamento apenas destinado ao modal VLT.

“Agradeço muito a sensibilidade da Assembleia em nos ajudar a re-

solver esse problema. Já está comprovado que o BRT é mais viável, menos poluente, terá tarifa mais barata e atenderá uma gama maior de usuários e ainda poderá ser concluído muito antes do VLT. Será um grande ganho para a mobilidade urbana e para a qualidade de vida de todos, especialmente de quem usa o transporte coletivo”, disse Mendes.

A votação ocorreu com manifestações contrárias apenas dos petistas Lúdio Cabral e Valdir Barranco. Agora, a matéria segue para sanção do governador.

O projeto chegou ao Legislativo nesta semana, em regime de urgência-urgentíssima, durante o retorno dos parlamentares para concluir a votação da Proposta de Lei Orça-

mentária Anual (PLOA) 2021.

A mensagem acrescenta dispositivo à Lei nº 9.647 de 2011, que autorizou o Poder Executivo a contratar operações de crédito com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 740 milhões para o VLT. No entanto, o governo precisa fazer um aditivo nos contratos para informar a mudança de modal de mobilidade urbana para BRT.

O custo estimado para conclusão da obra do VLT é de R\$ 763 milhões, quando para o BRT é de R\$ 430 milhões com aquisição de 54 ônibus.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA** - A audiência pública prevista para ocorrer dia 1º de março para discutir o tema foi adiada, a pedido do deputado Valdir Barranco, para o dia 4 de fevereiro.

## CARGO VITALÍCIO

## Deputados estão de olho em vaga de conselheiro no TCE

## Da redação

Ao menos, cinco deputados estaduais estão de olho no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). A possibilidade de abertura de uma vaga surgiu após pedido de aposentadoria do conselheiro Waldir Teis, que está afastado de suas funções desde 2017, quando foi deflagrada a operação Malebolge.

Em entrevista à imprensa, o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), revelou que Dilmar Dal Bosco (DEM), Sebastião Rezende (PSC), Allan

Kardec (PDT), Dr. João (MDB) e Wilson Santos (PSDB) já manifestaram interesse pelo cargo.

Botelho afirmou que também há outros interessados no cargo, que é vitalício, mas não citou nomes.

Perguntado se ele também teria interesse em assumir a cadeira, já que seu nome é cogitado nos bastidores, ele afirmou que não. Inclusive, disse que não sabia se havia vaga em aberto e, caso esteja disponível, reiterou que não seria candidato.

“Eu nem sei se tem vaga. [...] não tenho essa vontade de ir pra lá”,

disse Botelho, em conversa com a imprensa nesta terça-feira (05).

Ao questionarem se mudaria de ideia caso seus colegas insistissem, Botelho respondeu em tom de brincadeira, afirmando que o pedido mostraria que “eles não estão satisfeitos comigo”.

**ELEIÇÕES 2022** - Sobre os planos para eleições de 2022, Botelho comentou que talvez possa ser candidato à reeleição para deputado estadual, mas também pode aparecer como vice numa possível candidatura de Mauro Mendes (DEM) à reeleição.

## 'LAVAJATINHO'

## Nininho diz que denúncias é pra justificar derrota

## Gabriel Soares

O deputado estadual Ondanir Borolini, o Nininho (PSD), disse que a recente denúncia envolvendo seu nome não tem fundamento. Segundo ele, a acusação partiu de alguém que perdeu espaço na política e, vendo-se derrotado, partiu para o ataque. Em conversa com a imprensa na última sexta-feira (8), o deputado pediu que o Ministério Público “revire sua vida”, pois está tranquilo e quer provar sua inocência.

“Tomei conhecimento pela imprensa, mas não tem nada que me preocupe, até porque não participei de financiamento de campanha de ninguém. Eu não era candidato e não participei em momento algum. Me surpreende quando eu vejo uma acusação dessa por uma pessoa, um político que tem uma história já no estado e que deseja voltar à política, e vem fazendo acusações vazias”, afirmou.

Nininho faz referência a uma acusação feita por Nilson Leitão (PSDB), que foi derrotado por Carlos Fávaro

(PSD) na disputa por uma vaga no Senado. Leitão envolveu Eraí Maggi, conhecido como o ‘rei da soja’, e Nininho em uma acusação de compra de apoio político para a eleição suplementar.

Para o parlamentar, a acusação é uma tentativa de justificar a derrota na eleição suplementar.

“Perdeu seu espaço politicamente e acha que acusando alguém como financiador de campanha, que houve dinheiro, que seria o motivo da derrota. Mas o motivo da derrota é que ele já foi muito mal votado na eleição de 2018 e isso comprovou agora, novamente, que a sociedade o rejeitou nas urnas”, disparou.

Por fim, Nininho pediu que os órgãos de controle “virem sua vida de pernas para o ar”, pois não teria nenhuma irregularidade a ser encontrada. “Eu quero que continue, que investigue. A minha vida tá muito diferente do que alguns órgãos estão entendendo. Eu quero que fiscaliza, que vira minha vida de pernas pro ar, pra ver se tem algo de ilícito”.

## SÓ APÓS A VACINA

## Barranco não vê condições de retorno às aulas em MT

## Gabriel Soares

Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, Valdir Barranco (PT) afirmou, em conversa com a imprensa na última quinta-feira (5), que não vê condições de retorno às aulas presenciais em Mato Grosso. O parlamentar afirma que o retorno só será possível após a vacinação em massa da população e sugeriu que o governo estadual inicie o procedimento para compra direta de vacinas contra covid-19.

Barranco avalia que o governo deveria ter feito um controle mais efetivo para garantir o achatamento da curva epidemiológica em todos os municípios, programando o retorno das aulas presenciais nas cidades onde a pandemia já está sob controle.

“Se eles tivessem feito isto, as aulas já poderiam ter retornado em algumas cidades, mas o trabalho não foi feito. Hoje, aulas presenciais, em todo o estado, não há mente sã que permita que

isso aconteça enquanto não tivermos a vacina”, explicou.

O deputado lembrou ainda que o Brasil está longe de iniciar a vacinação em massa contra o novo coronavírus e sugeriu que o governador Mauro Mendes (DEM) inicie as tratativas para adquirir diretamente as doses necessárias para imunizar a população de Mato Grosso.

“Cabe ao governador Mauro Mendes, através da Secretaria de Saúde, buscar um contrato com os laboratórios produtores da vacina para que possamos [ter a vacina], já que nacionalmente não a teremos tão cedo, porque o presidente Bolsonaro nos nega a vacina. Só assim teremos segurança sanitária para o retorno às aulas em todo o estado”, concluiu.

A Seduc anunciou que pretende reter as aulas presenciais em fevereiro e para isso, o governo elaborou uma série de protocolos de segurança, como o rodízio de estudantes, a diminuição do número de alunos por sala e maior abertura para ventilação natural.

## TROCA VLT POR BRT

O projeto foi enviado pelo governador em caráter de urgência-urgentíssima e deve ser votado ainda esta semana pelos deputados

# Mauro busca autorização na AL



## Da redação

Um pedido de vista feito na última terça-feira (5) adiou a votação do projeto de lei enviado pelo governador Mauro Mendes (DEM) para formalizar a substituição do modal de transporte coletivo do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT).

A proposta altera a redação da lei 9.647 de 2011 que autorizou o Poder Executivo a contrair empréstimo de R\$ 740 milhões com a Caixa Econômica Federal para o VLT.

"O governo agora precisa de autorização legislativa para fazer alteração no financiamento com a Caixa Econômica", explicou o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), antes da votação.

No entanto, o pedido nem chegou a ser votado porque os deputados petistas Lúdio Cabral e Valdir Barranco pediram vista. Botelho concedeu o prazo de 24 horas para que os petistas analisem a proposta do governo e devolvam para votação no plenário, já que a matéria tramita em regime de 'urgência-urgentíssima'.

Antes da sessão, Botelho disse que é a favor da troca de modal e comentou que a decisão do governador foi técnica. Ele lembrou ainda que a escolha pela construção do VLT foi feita através de corrupção.



Governador Mauro Mendes pede autorização dos deputados para "enterrar" o VLT e construir BRT

"Foi uma decisão técnica, na verdade está recolocando o modal que foi recomendado lá atrás. Todo mundo sabe

como foi mudado esse modal, foi feito através de corrupção, e não foi uma solução técnica e agora ele está recondu-

zindo para o correto que é a solução que tinha encaminhado lá atrás e acho que é o melhor", pontuou.

Sobre a tentativa do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) de recorrer à Justiça contra a mudança de modal, Botelho disse que é um direito do emedebista, no entanto, acredita que todos os pedidos serão negados.

**MUDANÇA** - Após resultado de um estudo, o governador anunciou no dia 21 de dezembro que pretende trocar o VLT pelo BRT. Para justificar a mudança, Mauro apresentou uma série de vantagens do BRT sobre o VLT, cujas obras estão paralisadas desde 2014, apesar de já terem consumido mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos.

O governo encaminhou o ofício ao Ministério do Desenvolvimento Econômico e ao Conselho Curador do FGTS pedindo autorização para substituir o modal. Agora, aguarda também o aval da Assembleia Legislativa.

## POR MAIORIA

# Assembleia Legislativa aprova mudança do VLT por BRT

## Da redação

Os deputados estaduais aprovaram, em primeira votação, o projeto de lei encaminhado pelo governador Mauro Mendes (DEM) para alterar o modal de mobilidade urbana previsto no contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal. O projeto foi votado na sessão matutina da última quarta-feira (6), após a devolução da matéria pelos petistas Lúdio Cabral e Valdir Barranco, que haviam pedido vista na última terça (5). Dos 18 deputados presentes,

só os dois se manifestaram contra a proposta.

Em 2011, a Assembleia autorizou o governo a contrair empréstimo com o banco no valor de R\$ 740 milhões para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). No entanto, com a decisão de alterar para o BRT (Ônibus de Transporte Rápido), o Executivo precisa do aval dos parlamentares para que, através de aditivo, faça a mudança.

Antes da votação, o deputado Lúdio Cabral se manifestou contra a matéria. Ele disse que o governador anunciou a

troca do modal na véspera do Natal, sem diálogo com os principais envolvidos, como as prefeituras e Câmaras de Cuiabá e Várzea Grande e técnicos de mobilidade urbana. Por isso, ele pediu aos colegas que não aprovem a matéria para que o debate sobre o tema seja ampliado e não ocorra insegurança jurídica.

"Assim como muitos erros foram cometidos ao longo desse tempo, na minha opinião, nós não podemos cometer novos erros. Um caminho para novos erros é tomar decisão sem diá-

logo, sem escutar, sem considerar todos os fatores envolvidos nessa pauta. Sem entrar no mérito de qual é a melhor solução, a região metropolitana precisa ser ouvida. [...] O atual governador em dez dias toma uma decisão e quer modificar tudo. Espere, calma, já foram sete anos, em uma semana não vamos resolver o que não foi resolvido nesse tempo", disse.

O deputado Faissal Calil (PV) comentou que antes do caso do Palácio, o VLT era o principal símbolo da corrupção no estado. Ele falou que os

deputados têm três opções de escolha e defendeu a mudança do modal.

"Nós temos três opções: VLT, BRT ou deixar como está. Silval [Barbosa, ex-governador] disse que terminaria, não terminou. Pedro Taques falou que do governo dele não passava, ou seja, que o VLT ficaria pronto no governo Pedro Taques, e também não foi feito. Será que vocês não perceberam ainda que o VLT é um modal impraticável?", questionou.

Após a votação, o presidente da Assembleia

Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), ressaltou que a decisão de trocar o VLT pelo BRT não partiu da Assembleia Legislativa, que foi definida pelo governo com base no estudo técnico. Ele ainda pontuou que os parlamentares estão votando apenas a possibilidade de um aditivo ser apresentado ao contrato de financiamento feito com a Caixa Econômica Federal.

Agora, a matéria vai para segunda etapa de tramitação. A perspectiva é que a votação sobre o projeto seja concluída ainda nesta quarta.

## FILANTRÓPICOS

# Federação apoia CPI e pede que investigação se amplie

## Da redação

Após o pedido do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), para que a Câmara Municipal instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os repasses feitos aos hospitais filantrópicos, a Federação das Santas Casas e dos Hospitais Filantrópicos do Estado de Mato Grosso (Fehosmt) manifestou apoio à iniciativa e pediu que, caso seja instalada, a CPI amplie a linha de investigação.

Em nota, o presidente da federação, Wellington Randall Arantes, pediu a investigação das causas e motivações que levam ao atraso nos repasses dos recursos federais e os efeitos das interrupções dos serviços realizados pelos filantrópicos à população.

"Apoiamos a iniciativa do prefeito de solicitar uma CPI para investigar o tema, pois homenageia o princípio constitucional da transparência. Apro-

veitamos para sugerir aos vereadores, e também à sociedade e ao Ministério Público, como escopo central da CPI, a investigação das causas e motivações dos atrasos nos repasses dos recursos federais contingenciados, os efeitos das interrupções dos serviços para a população de baixa renda, buscando a responsabilização da cadeia de comando político dos responsáveis pelos repasses", diz trecho da publicação.

A entidade ressaltou que os hospitais filantrópicos são responsáveis por 85% dos atendimentos de alta complexidade e 50% da média complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. Por isso, o pagamento dos serviços prestados é de responsabilidade do governo federal, que repassa esses recursos ao governo estadual e às prefeituras. Contudo, ele alega que os Executivos municipais não entregam esses valores aos

filantrópicos, que acabam interrompendo os serviços por falta de dinheiro.

"Vale lembrar que o que leva uma instituição a suspender os serviços é justamente não ter condições de atender com qualidade e eficiência essa população que tanto necessita dos serviços do SUS, por falta de repasse de recursos pelo Estado ou Prefeitura", pontuaram.

**ENTENDA** - Antes da posse, o prefeito anunciou que iria solicitar ao Legislativo cuiabano uma CPI para investigar a destinação dos repasses federais enviados aos hospitais filantrópicos, principalmente ao Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCan), nos últimos 10 anos.

Em dezembro, o HCan suspendeu atendimento de novos pacientes alegando atraso de R\$ 6,3 milhões.

Emanuel disse que o hospital tem feito denúncias vazias e que tentam jogar a sociedade contra a Prefeitura.

## LEI KANDIR

# Municípios de MT ficam sem receber repasse milionário

## Gabriel Soares

Dos 141 municípios do Estado, 22 ainda não receberam a primeira parcela do acordo para recomposição das perdas provocadas pela Lei Kandir. A informação é do senador Wellington Fagundes (PL), autor da proposta que formalizou o acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e os entes sobre o assunto.

Segundo Fagundes, esses municípios não ainda receberam os valores por não terem apresentado, até o último dia 30, uma declaração de renúncia sobre as ações judiciais que cobravam a compensação das perdas.

Ao todo, o governo federal tem R\$ 119 milhões para pagar aos municípios de Mato Grosso somente desta primeira parcela do acordo. As cidades que estavam com a documentação atualizada receberam o repasse no último dia de 2020.

"É importante observar que todos vão receber essa parcela. O governo

baixou norma definindo a data de 13 de janeiro para que estados e municípios apresentem essa declaração", explicou.

Entre os municípios que não entregaram o documento estão: São Pedro da Cipa, Nova Maringá, Canabrava do Norte, Confresa, Carlinda, Gaúcha do Norte, Nova Lacerda, Novo Santo Antônio, Rondolândia, Santa Cruz do Xingu, Santo Antônio do Oeste, Itanhanga, Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Alto Garças, Aripuanã, Diamantino, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nobres, Tesouro, Pedra Preta e Nova Xavantina.

Em dezembro, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou a Lei Complementar nº 176, que institui a transferência obrigatória de R\$ 58 bilhões aos Estados, Distrito Federal e Municípios para compensar as perdas provocadas pela Lei Kandir, que isenta de impostos os produtos primários e semielaborados destinados à exportação.

De 2020 a 2030, serão entregues, a cada ano,

R\$ 4 bilhões aos entes. A partir de 2031 a 2037, o montante será reduzido progressivamente em R\$ 500 milhões a cada ano. Desses valores, a União entregará 75% aos Estados e 25% aos Municípios.

Deve ser acrescido no repasse mais R\$ 3,6 bilhões, que pode ser repassado com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 188/2019, que trata do novo Pacto Federativo, e mais R\$ 4 bilhões da arrecadado no leilão de petróleo do pré-sal, o que, no final, pode totalizar R\$ 65,6 bilhões.

Caso o valor chegue a esse montante, Mato Grosso deve receber R\$ 6,5 bilhões até 2037.

**GOVERNO** - Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz7), foram creditados R\$ 420 milhões na conta do Estado no último dia 30. Esse montante será aplicado no programa de investimentos lançado pelo governo, o Mais MT, em ações voltadas às áreas de Educação, Infraestrutura e Segurança Pública.

## VACINAÇÃO COVID-19

Prefeito afirmou que aguarda aval da Anvisa e do Ministério da Saúde para dar início as tratativas para vacinar a população cuiabana

# Cuiabá irá adquirir câmaras frias

Dênio Simões/Agência Brasília



## Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou que aguarda aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Saúde para dar início às tratativas para vacinação da população cuiabana. Durante entrevista, concedida no último dia 1 de janeiro, o gestor falou ainda sobre aquisição de novas câmaras frias, material de consumo e serviço de transporte refrigerado das doses para aumentar a capacidade de fluxo da campanha de imunização.

Conforme o plano preliminar de vacinação do Ministério da Saúde, a imunização da população será de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, cabendo às gestões municipais coordenar e executar as ações de vacinação, gerenciar o es-

toque de vacinas e insumos (armazenamento e transporte para os locais de uso), descartar e dar a destinação final correta aos frascos, seringas e agulhas utilizados, além de alimentar e gerenciar o sistema de informação do plano nacional de imunização.

Ainda está sob análise do Ministério da Saúde qual vacina será disponibilizada à população brasileira. Dentre as vacinas que se encontram na fase 3 de estudos e que foram testadas no Brasil, estão: Coronavac, Oxford/AstraZeneca, Pfizer/BioNTech, sendo que esta última exige armazenamento em câmaras de baixíssimas temperaturas, em média 60°C negativos, o que o município não tem capacidade de armazenar.

No entanto, a coordenadora da Vigilância Epidemiológica de Cuiabá, Valéria de Oliveira, explica que as demais exigem armazenamento em temperaturas entre 2°C a 8°C, o que exigiria a mesma estrutura utilizada nas demais campanhas de vacinação já realizadas nas unidades básicas de saúde.

Especificamente sobre seringas e agulhas, Valéria afirma que a aquisição é de compe-

tência do Estado, mas é de praxe nas demais campanhas o Ministério da Saúde enviar esses materiais.

Também está sendo definido junto à Diretoria de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) quais unidades de saúde vão oferecer a vacina. “Vamos sentar com a atenção básica para projetar cenários e definir quais unidades vão oferecer a vacina, porque também vamos precisar de uma segurança reforçada, já que, diante dessa pandemia, a vacina estará muito visada”, explica Valéria.

O prefeito reforçou que podem haver alguns problemas de logística para a vacinação, já que algumas das vacinas desenvolvidas têm grandes exigências para armazenamento e transporte. “Existem vários tipos de vacina. Algumas delas, Cuiabá não tem estrutura para uma campanha de vacinação. Existem várias peculiaridades para a promoção dessa vacinação e a necessidade de se ter o apoio e o respaldo, primeiro da Anvisa e segundo do governo federal”, afirmou.

Sobre o início da campanha, Emanuel afirmou que obteve in-



Cuiabá vai aguardar o Ministério da Saúde para iniciar vacinação e irá adquirir câmaras frias

formação do Ministério da Saúde de que a vacinação deve ter início em fevereiro, caso todos os procedimentos regulatórios ocorram conforme o planejado.

“O deputado [federal] Emanuelzinho [PTB] esteve no Ministério da Saúde antes do Natal, fomos orientados de que o governo está trabalhando para a vacinação a partir de fevereiro e

que seria feito pelos Estados. Sendo que, não há a melhor possibilidade de haver problemas na condução política, porque vem do Ministério a vacina para o Estado, que tem que distribuir com base na densidade populacional de cada município”, disse.

Através de um convênio entre a Secretaria Municipal de Ordem Pública e a Secretaria

de Estado de Segurança Pública, policiais militares exercem suas funções a serviço da Prefeitura de Cuiabá de forma remunerada em seus horários de folga, a chamada atividade delegada. São esses policiais que farão a segurança dos locais onde as doses da vacina contra a covid-19 serão armazenadas e aplicadas nos pacientes.

## JULGAMENTO EM BREVE

## “Chorei lágrimas de sangue”

Gilberto Leite

## Da redação

Jane Patrícia Lima Claro aguarda há quatro anos por um desfecho para a morte de seu filho, o jovem Rodrigo Claro, durante o treinamento do 16º curso de formação de soldados do Corpo de Bombeiros. Rodrigo morreu no decorrer de uma exaustiva pressão em aula ministrada pela tenente Izadora Ledur de Souza Dechamps.

Em entrevista ao Estadão Mato Grosso, Jane disse que um de seus maiores desejos é que a Justiça seja imparcial no próximo dia 27 de janeiro, data da audiência de julgamento de Ledur.

“Tenho certeza que é um desejo meu de mãe, da família e de toda sociedade de bem do estado de Mato Grosso e de vários outros estados brasileiros, que vêm acompanhando esse caso desde o início”, disse a mãe de Rodrigo.

Ao saber da data da audiência, Jane usou as redes sociais para desabafar sobre o caso, que já se arrasta há quatro anos. Ela escreveu que esses anos foram de tortura para a sua família, mas acredita que agora finalmente terá a resposta que tanto aguarda.

Em conversa com a nossa reportagem, a genitora de Rodrigo disse que nenhuma punição vai amenizar o sofrimento dela como mãe, mas ainda assim ela espera ver Ledur condenada e perdendo a farda de bombeiro. Jane lembrou ainda, sobre outras pessoas que teriam sido vítimas de tratamento desumano durante os treinamentos, como o jovem Maurício, que abandonou o curso quando viu que poderia morrer.

“Não tem uma punição a ela neste mundo que vá amenizar ao menos um pouquinho do meu sofrimento de mãe. Mas ela sendo condenada, perdendo a farda, perdendo o



Julgamento de Ledur está marcado para o dia 27. Jane disse que aguarda ansiosamente para que tenente seja punida

direito que foi dado a ela pelo Comando dos Bombeiros de fazer o que quiser, de torturar, humilhar, bater e levar à morte um jovem que só queria salvar vidas, irei me sentir com o dever de mãe cumprido, por ter lutado 4 anos, chorando lágrimas de sangue dia e noite por todo mal que Ledur causou”, acrescentou.

**TENENTE ALEGA INOCÊNCIA** - Durante as várias audiências que aconteceram ao longo desse tempo, Ledur disse que não cometeu nenhum crime e não foi responsável pela morte de Rodrigo Claro. Chorando, a tenente chegou a dizer que o aluno tinha descontrole emocional e que isso dificultava a sua formação no curso.

Desde o ocorrido, Izadora tem trabalhado no Comando Geral do Corpo de Bombeiros, no setor administrativo, e já teve sua promoção para o cargo de capitã recusada sete vezes. Neste período, a militar também apresentou diversos atestados médicos, com problemas psicológicos e depressão.

**O CASO** - No dia 10 de novembro de 2016, Rodrigo e outros alunos do curso de formação participaram de uma aula aquática na Lagoa Trevisan. Rodrigo já estava exaustido do treinamento, mas ainda recebeu “caldos” (situação em que a pessoa é submersa na água e tenta se livrar de um afogamento) de Ledur.

O aluno começou a passar mal e pedia que a instrutora Ledur parasse, mas ela teria continuado com a prática. Com uma forte dor de cabeça e exausto, Rodrigo foi liberado da aula para procurar ajuda médica sozinho.

Rodrigo foi sozinho até o Batalhão do Corpo de Bombeiros no bairro Verdão, de onde foi encaminhado à Policlínica. A família de Rodrigo só foi comunicada do ocorrido após o primeiro atendimento na policlínica. O jovem então foi transferido para um hospital particular da capital, onde acabou não resistindo e morreu no dia 15 de novembro. No laudo da morte de Rodrigo constava que o jovem sofreu uma hemorragia cerebral.

## EDUCAÇÃO EM DEBATE

## Cuiabá analisa planos da retomada das aulas

## Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) esteve reunido na manhã da última sexta-feira (8) com o Comitê de Enfrentamento à Pandemia e técnicos da área educacional para discutir sobre o retorno seguro das atividades escolares. No encontro, foram apresentados os planos das redes pública e privada para a retomada das aulas presenciais.

Emanuel disse estar preocupado com a rede pública e privada de ensino, mas também precisa pensar no futuro das crianças de Cuiabá. Por isso, preferiu tomar uma decisão em conjunto com técnicos da saúde, educação e órgãos de controle.

O prefeito lembrou ainda que o fechamento das escolas foi necessário para ajudar a conter o avanço da pandemia do novo coronavírus, apesar de ser uma medida impopular.

“Já foi me colocado que algumas escolas da rede privada quebraram, faliram. Então, é uma situação muito dramática e é um momento difícil, mas imagina a minha posição, de um lado a sociedade cobrando de um jeito e outra parcela de outro. Eu tenho que tomar a medida com uma base e lastro na segurança, para que não possamos, na pressão econômica necessária para o setor, acabar contribuindo para o aumento do contágio e propagação do vírus”, disse.

Na avaliação do prefeito, já é possível discutir a possibilidade de retomada das aulas presenciais porque os casos de covid-19 em Cuiabá estão crescendo em um ritmo abaixo do que era registrado no passado. Isso, segundo ele, demonstra um certo controle do ritmo de contágio.

Secretária Municipal de Educação, Edilene Machado afirmou que é fácil apresentar as regras para as crianças e que o Município já adquiriu todos os equipamentos necessários para

ajudar a prevenir o contágio, como tapetes sanitizantes, dispensers de álcool e máscaras. Além disso, foi elaborado um planejamento para garantir o retorno seguro das aulas.

“Nesse formato, acredito que a saúde sinalizando essa possibilidade de volta às aulas, pode ser discutido [o retorno], pois o isolamento da criança não está fazendo bem e está trazendo um prejuízo emocional a elas. E a educação também é uma atividade essencial”, ressaltou.

Edilene explicou que o plano elaborado pela SME apresenta três opções: a continuidade das aulas remotas; a adoção de um sistema híbrido, com rodízio de alunos e o máximo de 12 estudantes em sala; e o retorno de aulas 100% presenciais. Este último, pontuou, está fora de cogitação no momento.

O plano apresentado pelas escolas da rede privada será submetido a uma análise técnica, para estudo de sua viabilidade, e será debatido na próxima reunião do comitê, marcada para terça-feira (12). Na ocasião, o grupo também contará com membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, que ajudarão na decisão sobre o retorno das aulas.

“Logo após essa decisão, do que pode ser feito na liberação ou não das escolas, chamaremos o prefeito para que ele tome a decisão, ouvindo todo este cenário das escolas particulares”, explicou o secretário de Governo, Luís Cláudio.

**SEM LOCKDOWN** - Diante da segunda onda de contágios, o prefeito Emanuel Pinheiro afirmou, mais uma vez, que não existe a possibilidade de um novo fechamento total na cidade. Ele lembrou que no próximo dia 20 de março completará um ano de pandemia em Cuiabá e do início da situação de emergência. Por isso, em sua avaliação, não é preciso ficar baixando decretos para disciplinar adultos que já sabem como se deve comportar durante a pandemia.

**OLHO NO FUTURO**

Apesar das dificuldades enfrentadas, empreendedores encontraram um caminho e investiram, confiantes na recuperação econômica em 2021

# Os negócios nascidos na pandemia

Arquivo Pessoal

**Da redação**

Por necessidade ou por oportunidade, o Brasil reforçou seu perfil empreendedor com mais de 11,3 milhões de MEIs. Mesmo na pandemia, dados do portal do Empreendedor mostram que mais 1,4 milhões de novos negócios foram abertos entre março e dezembro de 2020 no Brasil. Em Mato Grosso, no mesmo intervalo, mais de 18,1 mil novas empresas registradas e o ano de 2020 foi encerrado com 194,9 mil empreendedores.

Dentre os mato-grossenses que se arriscaram no mundo dos negócios em plena pan-

demia estão os empresários Marcelo Martins e Anderson Oliveira. Juntos, eles abriram uma empresa voltada para o setor da beleza e estética e apostam na recuperação do segmento após o fim da pandemia.

“A ideia inicial era investir na área de alimentação ou beleza, por termos estudado e participado de consultorias sobre os vários tipos de empresas. Observamos que essas duas áreas, independente de crises e dificuldades, quando são bem administradas, sempre têm consumo. São dois setores que, quando impactados por crise, reagem mais rapidamente. Então, na construção da ideia houve o impacto da pandemia, mas tínhamos dois caminhos a escolher, ficar onde estávamos ou investir”, justifica Marcelo.

Inaugurado em setembro de 2020, o empreendimento empregou dez profissionais da área, o que foi um alento



Marcelo e Anderson abriram uma empresa voltada para o setor da beleza e estética durante a pandemia

para os trabalhadores do setor. Por ser uma atividade de contato físico, muitos profissionais da beleza perderam suas fontes de renda durante a pandemia.

“A covid-19 gerou uma instabilidade para os colaboradores, pois a maioria dos profissionais que atuam em salões de beleza e estética não é funcionário da

empresa e sim um parceiro. O que eles ganham é referente ao número de atendimentos que realizam. Com o fechamento e as restrições, muitos não conseguiram

atender e tiveram sua renda reduzida drasticamente. Muitos tiveram que recorrer ao auxílio emergencial do governo federal”, relatam os empresários.

**OPORTUNIDADES**

## Atraídos por renda extra, setor de alimentos expande

**Da redação**

No ano marcado pela crise socioeconômica mundial, o setor de alimentos está entre os que foram duramente impactados. Pesquisa do Sebrae em parceria com a Abrasel mostra que o setor de alimentação fora do lar (AFL) teve o 4º pior nível de faturamento de toda a economia (-48%), quando comparado ao período anterior à pandemia. Ele ficou atrás apenas do turismo (-65%), economia criativa (-62%) e academias (-51%). O levantamento foi divulgado no mês de novembro de 2020.

Apesar do resultado negativo, houve negócios que se adaptaram melhor ao sistema de delivery, criaram novos canais de vendas e cresceram em meio à crise. De acordo com o estudo, 66% dessas empresas passaram a fazer mais delivery e 41% passaram a fazer mais vendas on-

line. De olho nesse nicho e na oportunidade de uma renda extra, muitos buscaram qualificação no segmento alimentício.

David Melo, chef de cozinha que atua há 10 anos no ramo de consultorias para restaurantes, registrou um aumento de 50% na procura por cursos em sua escola culinária, a “David Melo Culinary School”.

Segundo ele, os cursos mais procurados durante a pandemia foram os que promovem uma renda extra, para que as pessoas que possam fazer em casa e vender nos aplicativos de delivery ou no próprio condomínio.

“São tortas salgadas, pães, bolos, doces no pote, massas frescas, tudo o que pode ser vendido. É diferente de uma aula que a pessoa faz por hobby, como a de cozinha francesa, por exemplo. Após uma aula de como fazer brigadeiro, você aprende a diversifi-

ficar os sabores, já pode colocar em caixinhas e vender. A pessoa sem ter muitos equipamentos em casa, pode colocar a ideia em prática e faturar aí, em média, R\$ 8 mil por mês”, explica David Melo.

A bancária Rafaela Mirian Rossi, 25 anos, viu nos hamburgueres uma nova opção de renda. “Para abrir meu negócio de forma delivery, senti a necessidade de me aprimorar, então me inscrevi no curso para aprender a fazer hambúrguer e continuei com esse desejo a florado. Vou aprender ainda mais”.

Durante o isolamento social, David Melo também viu nas plataformas digitais um meio de se adaptar ao momento. Passou a ministrar aulas virtuais e ampliou seu público. “Cheguei a dar aula até para o pessoal de Campos do Jordão, em São Paulo, Bahia, João Pessoa, na Paraíba, Acre, tudo via online”.

**AQUICULTORES**

## Relatório anual deve ser entregue até 31 de março

**Assessoria**

A Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), informa que aquicultores que possuem contrato de cessão de uso de espaços físicos de águas da União devem enviar o Relatório Anual de Produção (RAP), referente ao ano de 2020, até o dia 31 de março de 2021. O envio do relatório está previsto na Instrução Normativa nº 1, de 3 de fevereiro de 2020.

O relatório é individual e deverá constar os dados de produção, considerando as despesas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020. O cessionário que tiver mais de um contrato deverá enviar um relatório para cada contrato específico.

Após o preenchimento e envio pelo sistema on-line, o cessionário receberá no e-mail cadastrado a confirmação do envio do relatório.

O cessionário que não enviar o Relatório Anual

de Produção dentro do prazo estabelecido terá o contrato de cessão rescindido.

Acesse aqui os formulários de piscicultura, malacocultura (cultivo de moluscos) e algicultura (cultivo de algas), juntamente com o respectivo manual para auxiliar o preenchimento.

Em caso de dúvidas e demais orientações, o cessionário pode entrar em contato por meio do e-mail relproducao.cgodau@agricultura.gov.br.

**APOIO AO EMPREENDEDORISMO**

O consórcio internacional da pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor) lançou trabalho em que expõe as ações mais adotadas, em todo mundo, em apoio aos pequenos negócios durante a pandemia. O resultado foi divulgado em setembro de 2020.

O apoio financeiro, o diferimento de impostos e o auxílio emergencial de renda estão entre as ações mais utilizadas. O Brasil se destaca como o país que adotou as

cinco ações destacadas: suspensão do contrato de trabalho, redução da jornada e ou salários, auxílio emergencial, diferimento de impostos e apoio financeiro.

No país, o desemprego passou de 11,2% (janeiro) para 13,8% (julho). Em apoio aos pequenos negócios, foram adotadas medidas como: pagamento de auxílio emergencial de R\$600/mês (estendido até dezembro, no valor de R\$300), inclusive para informais, autônomos e MEI; prorrogação do pa-

gamento de tributos no âmbito do Simples Nacional; suspensão temporária dos contratos de trabalho e redução da jornada e salários; financiamento por meio do Pronampe (cerca de R\$ 32 bilhões já financiados para MPE a um custo de SELIC+ 1,25% a.a.) e a PEAC - Maquininhas, modalidade de crédito bancário, com recursos de até R\$ 10 bilhões (a um custo de 6% a.a.) que pode ser acessada por meio das máquinas de cartão débito/crédito.

**AUMENTO NA PROCURA**

## Mercado imobiliário deve continuar em crescimento

**Da redação**

A experiência de ficar em casa para diminuir a intensidade da proliferação do novo coronavírus fez com que o lar ganhasse ainda mais importância. Dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apontaram que a crise econômica deste ano, embora tenha diminuído em quase 30% os lançamentos de novos condomínios horizontais ou verticais, não prejudicou o interesse do consumidor. As vendas de imóveis registraram um aumento de 8,4% por cento no primeiro trimestre de 2020, comparado com o mesmo período de 2019.

Na visão de Julio Braz, diretor da Gincó, mesmo com menos empreendimento disponíveis, há uma tendência de que as vendas continuem em alta devido a dois fatores. A pandemia ainda não acabou e há uma possível segunda onda, então as famílias continuarão buscando

boas opções de moradia. Outro fator é que com a instabilidade da economia, investir em imóveis é sempre uma aposta segura.

“Existe a possibilidade de uma segunda onda da doença, então a pessoa sabe que mais cedo ou mais tarde ela vai viver uma coisa parecida de novo. E outra coisa é porque hoje o dinheiro no banco não rende nada. Então é uma possibilidade de fazer um pequeno investimento”, pontuou Braz.

Em Mato Grosso, com a perspectiva de crescimento nas vendas, a tendência é que é que as os lotes residenciais e imóveis disponíveis durem pelo menos dez meses. Ou seja, sem novos lançamentos, a disponibilidade de ofertas se esgotam dentro deste período. Em tempos normais, número chega aos 15 meses.

De acordo com Braz, outro fator que influencia é o ciclo dos negócios. Para que um novo empreendimento seja construído, são pelo

menos cinco anos entre projeto, aprovação, lançamento, construção e todo o planejamento para execução do residencial.

“Pelos minhas contas vamos ter um vácuo de aproximadamente dois anos para reequilibrar e ter mais estabilidade entre a oferta e a procura. Quando não tem empreendimento pronto, as pessoas começam a comprar de terceiros. Se não temos lotes, consumidores vão procurar outras pessoas, que colocam um preço mais alto e isso tudo inflaciona o mercado”, relatou.

Para 2021, a Gincó planeja lançar um novo conceito, apresentando aos clientes um bairro completo, com vias planejadas, comércio, empreendimentos, áreas verde e de lazer. “Este novo conceito faz parte de um programa arrojado de estruturação urbana e que vai ao encontro do crescimento natural da cidade”, finaliza Braz.

(com assessoria de imprensa)

## PREPARE O BOLSO

Petrobrás anuncia o segundo aumento em um mês e especialista diz que preço pode chegar a R\$ 200 este ano apertando mais a renda

# Gás 'queimará' 10% do salário

Pedro Ventura/Agência Brasília



Da redação

Um botijão de gás de cozinha (GLP) já consome quase 9,5% do salário mínimo atual (R\$ 1.100), mas a situação deve piorar nos próximos dias. Na última quinta-feira (7), a Petrobras elevou o preço do gás GLP em 6%. Estima-se que, com o reajuste, o barril de 13 kg nas refinarias deve custar R\$ 35,98 para as distribuidoras e revendas.

Em Cuiabá, o preço médio do gás para o consumidor final é R\$ 96,47, com os valores variando entre R\$ 84,99 e R\$ 105, segundo levantamento mais recente feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Com o reajuste anunciado pela Petrobras, os demais integrantes da cadeia, como as distribuidoras e revendas, devem aumentar os preços e a tendência é que o aumento chegue a R\$ 6 para o consumidor.

“Ainda não temos uma posição do valor que será reajustado, mas deve girar em torno de R\$ 3 reais para nós e na ponta algo parecido. Para o consumidor final, o aumento deve variar entre 3 e 6 reais”, calcula o empresário José Humberto Botura, proprietário da distribuidora Chamagás em Mato Grosso.

A Petrobras já havia feito um reajuste de 5% no produto em dezembro do ano passado, que somado com o novo aumento, já acumula uma alta de 11% em apenas um mês. E a tendência é que o gasto com gás de cozinha continue a subir neste ano devido à alta do petróleo no mercado internacional. O valor do barril de petróleo bruto, do tipo Brent, está quase US\$ 50.

Em nota, a Petrobras justificou que o preço do GLP tem como referência o valor de paridade de importação, formado pelo valor do produto no mercado internacional, mais os custos que importadores teriam (frete de navios, taxas portuárias e demais custos internos de transporte), também sendo influenciado pela taxa de câmbio.

“Atrelam isso ao dólar, mas particularmente acho um abuso. Nós [distribuidores] já tivemos quase 50% de aumento nos preços, nosso custo subiu quase R\$ 12 reais de junho até agora. Está ficando difícil repassar os preços e, nesse período, houve aumentos que acabamos absorvendo. Achei que não teria novamente um aumento de 6%, que tem sido frequente em quase todos os meses. Somando, vai ver o quanto custa”, desabafa o empresário.

Para uma parcela da população mato-grossense, os frequentes reajustes no gás GLP podem inviabilizar a compra do produto. O estado tem o gás de cozinha mais caro do país. A diferença entre a média nacional (R\$ 75,29) e o preço médio cobrado em Mato Grosso (R\$ 96,47) é mais de R\$ 21 reais, ou 28% mais caro.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP, Alexandre Borjaili, afirmou que “a tendência é de que o preço do botijão atinja de R\$ 150 a R\$ 200 este ano”.

O encarecimento do gás também tem incen-



A Petrobras já havia feito um reajuste de 5%, que somado com o novo aumento, acumula alta de 11%

tivado às famílias economizarem mais e, com isso, as vendas também estão em queda.

“Hoje o preço de um botijão de gás gira em torno de 10% do salário mínimo, mas se passar disso vai ficar difícil trabalhar. As vendas já caíram 6% no ano pas-

sado, pois as famílias estão economizando mais. Quem usa o botijão de gás não é a classe A ou B, mas a classe C, a população mais carente, que faz suas refeições em casa. Para esse grupo, se antes um botijão durava em média 26 dias, agora com a economia dura 45 dias.

Isso reflete nas vendas”, explica José Humberto.

O preço do gás GLP é composto por quatro faixas de valores, sendo que 37% para distribuição e revenda, 15% para ICMS, 3% para o PIS/Pasep e Confins e 45%, a maior fatia, para a Petrobras.

## O ANO DA VIRADA

# 2021 promete revolução logística

Da redação

A logística é, historicamente, o maior gargalo para o desenvolvimento da economia de Mato Grosso. Entretanto, o ano de 2021 começa com a promessa de reverter esse quadro. Ao todo, cinco grandes projetos estão em andamento no Ministério de Infraestrutura e devem promover uma revolução na logística.

Tratam-se construção ou ampliação de malhas ferroviárias e rodovias, além de concessões à iniciativa privada.

Localizado no centro da América do Sul, distante de todos os portos e dos maiores centros de consumo do país, os produtos da indústria mato-grossense custam mais em razão da logística ineficiente. Isso faz que atividades os municípios do estado

percam em competitividade e dificulta a atração de investimentos. O cenário começa a mudar agora, com a construção de novas ferrovias no estado.

“Mato Grosso terá um grande desenvolvimento social e econômico com a construção de ferrovias, que se conectarão com as rodovias federais, auxiliando no escoamento das riquezas do estado”, destaca

o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Três projetos de linhas férreas compõem o plano estratégico do governo federal para Mato Grosso. Conduzidos pelo Ministério da Infraestrutura, sob o comando do ministro Tarcísio de Freitas, esses projetos devem avançar em 2021. O resultado será uma imediata redução do custo logístico.

## CHAPADA

# A produção de essências do cerrado valem mais

Da redação

A produção de essências na região de Chapada dos Guimarães é uma das potencialidades econômicas do estado. A cadeia produtiva da atividade faz parte do plano de investimentos do governo estadual, que deve aplicar R\$ 200 milhões neste ano para organizar as cadeias produtivas.

“Para você ter uma ideia desse potencial, 100 ml de essência de eucalipto vale mais do que 50 sacas de soja. Trata-se de um produto com alto valor agregado, que podemos industrializar dentro do estado, principalmente agora que temos um Prodecic [programa de incentivos fiscais] seguro e simplificado para toda a indústria”, garante o secretário de Desenvolvimento, César Miranda.

Hoje, uma saca de soja é vendida a R\$ 141,46 em Mato Grosso. Dessa forma, ao aplicarmos à equivalência citada pelo secretário, para cada 100 ml de óleo de eucalipto produzido, o agricultor

terá uma rentabilidade de quase R\$ 7 mil.

“Hoje já temos uma indústria de essências na região, mas ela está com 60% da sua capacidade ociosa por falta de matéria-prima. A primeira plantação de eucaliptos voltada para essências teve a iniciativa de um empreendedor e agora nós [Sedec] estamos organizando a cadeia para que pequenos, da agricultura familiar, possam também plantar e garantir a entrega de insumos para as indústrias”, conta César.

A produção de essências naturais é uma alternativa rentável para agricultura familiar, já que o cultivo de algumas espécies pode ser feito em pequenas áreas. Atualmente, uma área de plantação experimental de priproica, planta natural da Amazônia, é monitorada por técnicos da Sedec. A erva, que pertence à família ciperácea, é aromática e também medicinal. Seus óleos servem de matéria-prima para as indústrias farmacêutica e de perfumaria.

## VEJA QUAIS SÃO ELES:

**FERRONORTE** - Os trilhos da Ferronorte atualmente encontram-se em Rondonópolis. Operada pela concessionária Rumo, existe um projeto de investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões na extensão da ferrovia até Cuiabá e depois seguindo para o Norte, até Sorriso. Ao todo, o projeto da empresa prevê a construção de três novos terminais para o transporte da produção agrícola e industrial. O avanço dos trilhos da Ferronorte está sendo possível graças à re-

novação antecipada da chamada Malha Paulista.

**FICO** - No começo deste ano deverá ter início a obra para expansão da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), que ligará Água Boa até Mara Rosa, em Goiás. O ramal vai conectar-se à Ferrovia Norte-Sul, permitindo o escoamento da produção do Vale do Araguaia por Itaqui, no Maranhão, ou ainda, no futuro, pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a FIOLO, que chegará ao Porto de Ilhéus, na Bahia. O projeto da FICO é tido como um dos mais sustentáveis do programa

de concessões do governo federal.

**FERROGRÃO** - Existe ainda em Mato Grosso o projeto da Ferrogrão, que ligará Sinop ao porto de Miritituba, onde se conectará ao modal hidroviário até Santarém (PA). O projeto prevê que a ferrovia tenha capacidade para transportar cerca de 58 milhões de toneladas por ano. Além da economia que os produtores teriam com o transporte, a ferrovia facilitaria a logística do escoamento dos grãos e provocaria menos danos às rodovias.

**RODOVIAS** - O projeto de concessão de um vasto trecho das BRs 163 e 230 deve ser feito de modo conjunto, integrando o Sul do país às regiões Centro-Oeste e Norte. O eixo permite a ligação do Porto de Miritituba/PA ao terminal ferroviário de Rondonópolis/MT. Segundo a proposta, dentre as finalidades da concessão está: dar condições para o escoamento de grãos compatível com a estrutura portuária existente e reduzir os custos operacionais e os tempos de viagem dos veículos.

## IMPOSTO DE RENDA

# Contribuinte na malha já pode fazer a contestação

Da redação

A partir da última quinta-feira (7), o contribuinte que teve a declaração retida em malha e não concordar com os valores lançados, poderá apresentar a impugnação (defesa) por meio do e-CAC sem

a necessidade de comparecer a uma Unidade de Atendimento da Receita Federal.

O primeiro passo é acessar o sistema e-Defesa para preencher o formulário de impugnação. A ferramenta valida a autenticidade da notificação de lançamento; facilita a re-

dação da defesa, uma vez que são apresentadas as opções de alegações mais comuns para cada infração constante da notificação; indica quais documentos devem ser entregues à Receita Federal, de acordo com cada alegação constante da impugnação; facilita a ins-

trução do processo; e agiliza o julgamento da impugnação.

Depois de gerar a impugnação, o contribuinte deve entrar no e-CAC, abrir um Dossiê Digital de Atendimento (DDA) do tipo Impugnação de Notificação de Lançamento IRPF e juntar a defesa e os do-

cumentos que comprovam as alegações.

O pagamento dos valores da Notificação de Lançamento no prazo de impugnação (30 dias) dá direito a desconto de 50% sobre a multa. Já o parcelamento, possibilita desconto de 40%.